

A afirmação do Projeto Liberal na Primeira Década Republicana (1889-1899)¹

*Sávio da Silva Abreu**

Graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ)
savioabreu@gmail.com

*Vinicius Silva dos Santos**

Graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ)
viniciusdossantos834@gmail.com

*Taís de Cássia Badaró Alves**

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em História pela USS. Professora no Curso Jurídico da UNIG e no Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).
Diretora Acadêmica do ISEMI/FUNITA. taisbadaro50@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a afirmação dos projetos de República, em especial o de Matriz Liberal Norte Americana no contexto da Primeira Década Republicana (1889-1899). A verificação da representação dos interesses vinculados à vertente liberal se deu por meio da análise quantitativa e qualitativa da recorrência dos fundamentos do liberalismo nas Arenas Executiva e Legislativa, bem como em jornais veiculados no contexto referido. O que se pode afirmar – mediante a inserção nas fontes – é que a instauração a República vai além do “ato da proclamação”, configurando-se a “pressão” dos grupos dominantes vinculados à vertente liberal por meio de diferentes espaços de poder. O estudo da representação de interesses encontra-se fundamentado em Mancuso (2007) e Santos (2014) que marcam a produção contemporânea da Ciência Política e cujos fundamentos foram aplicados nesta pesquisa em um recuo histórico.

Palavras-chave: Liberalismo, Representação de Interesses, Primeira Década Republicana (1889-1899).

Abstract

This paper analyzes the affirmation of the projects of the Republic, especially the Liberal North American Matrix in the context of the First Republican Decade (1889-1899). The verification of the representation of the interests linked to the liberal side has occurred through the quantitative and qualitative analysis of the recurrence of the foundations of liberalism in the Executive and Legislative Arenas, as well as in the newspapers published in the referred context. What can be said - through insertion in the sources - is that the establishment of the Republic goes beyond the "act of proclamation", configuring the "pressure" of the dominant groups linked to the liberal side through different spaces of power. The study of the representation of Interests is based on the studies of Mancuso (2007) and Santos (2014) that mark the contemporary production of Political Science and that were applied in this research in a historical retreat.

Keywords: Liberalism, Representation of Interests, First Republican Decade (1889-1899).

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa maior que vem sendo elaborada pelos acadêmicos do Curso de História do Centro Universitário São José de Itaperuna sob a orientação da Prof. Dra. Taís Badaró.

Introdução

[...] O nosso espelho, o nosso modelo hoje é o imenso paiz de Washington e Franklin, que nos transmitiu a sua democracia, que nos enriqueceu com o seu federalismo, que o enfim nos americanizou. Livres, iguaes, professando o dogma da fraternidade, senhores da soberania que procede do baixo, porque despedaçamos o throno, onde se acastellava a soberania que vem de cima [...] (*sic*) (O Republicano, 1890, p.2)²

As últimas décadas do século XIX, assinalam a crise do modelo imperial e a emergência de um novo pensamento político: o ideário republicano. A ideia de República não se reduziu a um projeto e muito menos configurou uma homogeneidade de interesses e perspectivas.

Como expressão dos ideais que se fizeram presentes no cenário político e no imaginário social da República, a vertente Jacobina – representada pela intelectualidade (professores, artistas, estudantes e jornalistas) – defendia questões sociais como participação popular, igualdade social e até mesmo reforma agrária); em uma outra direção, destacou-se a vertente Positivista – representada pelos militares e grupos políticos do Rio Grande do Sul, com ênfase nas questões científicas tecnocratas, e a inserção do operariado na sociedade. Como corrente majoritária, consolidou-se o projeto Liberal, de matriz Norte-Americana – cujos fundamentos previam o fim da intervenção estatal frente ao mercado econômico, tendo como forma de organização do Estado o princípio do Federalismo inspirado na constituição estadunidense – que reforçava o regionalismo, consolidando assim o poder das oligarquias regionais.

Este estudo delimita-se à primeira década Republicana (1889-1899) – por tratar-se de uma fase profícua para a emergência dos interesses em pauta (pela recém-proclamada República). De acordo com Alves (2016), as abordagens sobre a Primeira República (1889-1930), recaem, em grande parte, sobre enfoques que articulam Política e Economia sob a lógica estrita da dominação oligárquica. Embora não se possa fugir dos dispositivos clássicos com que esse período ficou reconhecido, tais mecanismos não devem ser tomados como síntese das práticas políticas e econômicas no referido contexto.

Isto posto, tornam-se relevantes os estudos voltados para a representação de interesses – ainda que em contextos mais remotos – especialmente no que tange ao ideário liberal: os fundamentos e os grupos que aglutinou. Por fim, cumpre destacar as ambiguidades

² Optou-se pela reprodução literal da escrita tal como se apresenta nas fontes.

geradas no processo de recepção deste ideário no Brasil – o que irá interferir no jogo do poder e nos interesses em disputa.

1 O Ideário Liberal sob a ótica da Matriz Norte- Americana

Para se compreender a recepção ao pensamento liberal e a configuração da ideia de “República”, faz-se necessário recuar às referências do “Século das Luzes”. Cabe, porém, ressaltar que este ideário detém múltiplas faces, por hora chega a ser controverso, e divergente, entre o seu conceito e sua aplicação. Sua abordagem é muito mais apresentada como uma problemática do que propriamente como um conceito predefinido. No que se refere ao ponto precípuo dos fundamentos liberais, pode-se considerar que “Sua preocupação central consiste em saber qual sentido e como assegurar social e institucionalmente a autonomia dos indivíduos”. (WERLE, 2012, p.260).

De acordo com Brito (2012), para se pensar o Liberalismo deve-se destacar os fundamentos postulados por John Locke³, que dedicará parte de sua vida discutindo e teorizando tal pensamento, considerado por alguns estudiosos o “Pai do Liberalismo Clássico”. Um dos principais pontos debatidos por Locke, fora a propriedade privada – fruto da natureza humana assegurada pelo Estado. Outros pontos defendidos pelo filósofo e que se tornaram pilares do Liberalismo Clássico são a tolerância religiosa e o poder político não centralizado. O economista Adam Smith – filósofo britânico (1723-1790) – contribuirá na teorização do liberalismo, porém esse se limitará ao campo da economia, por meio da obra, “A Riqueza das Nações” (1776), preconizando o livre-mercado e a não intervenção do Estado.

Como colônia britânica, os Estados Unidos da América terão contato direto com a filosofia iluminista (*Liberté, Egalité, Fraternité*) e obras dos principais pensadores – fundamentos que atuaram sobre o processo de Independência. Assinada em 1787 e ratificada no ano seguinte, a Constituição Norte-Americana tem como sistema político a doutrina Republicana, o Federalismo e o Presidencialismo. (SOUZA, 2006).

³ Filósofo racionalista do sec. XVII (1632-1704). Um dos principais pensadores contratualistas, e representante do empirismo inglês.

De acordo com seus precursores, o Presidencialismo teria sido um sistema adotado pelos estadunidenses, como uma tentativa de rompimento com seu passado colonial e afirmação de um futuro com bases democráticas. É relevante considerar que:

[...] da experiência da vivência sob o regime da coroa britânica fez surgir nos norte-americanos repulsa pelo regime monárquico. Idealizou-se que o novo sistema de governo tornasse possível a aplicação de ideais democráticos como liberdade, igualdade e soberania popular [...]. (GIANNINI, 2014, p. 1)

O Federalismo, também é estabelecido na referida Constituição e defendido por inúmeros confederados, que vislumbravam certa autonomia de seus Estados por meio desse sistema. Sobre a experiência do federalismo, cabe observar:

[...] o primeiro Estado Federal foi o americano. Na época, inúmeras argumentações a favor do Federalismo foram expostas por Hamilton, Madison e Jay, no célebre “The Federalist”, em favor da ratificação da Constituição de 1787 (criadora do Estado Federal), dentre as quais a necessidade de separação dos poderes em legislativo, administrativo e judiciário, bem como a necessidade de dividir os poderes entre o governo federal e os governos estaduais [...]. (SOUZA, 2006, p. 1)

Como ocorrera nos Estados Unidos da América, o Brasil também pode presenciar o advento da filosofia iluminista. Os inconfidentes Mineiros⁴ são tidos como os pioneiros, ao assimilar as aspirações liberais, tendo a Maçonaria como canal de transição desse pensamento. Porém, o que ocorreu no Brasil foi uma adaptação do Liberalismo aos moldes brasileiros. Faoro (2012), irá ratificar a ideia de que, no Brasil, o liberalismo não se manteve homogêneo.

Durante o Segundo Reinado três correntes dissonantes se destacaram em relação ao Liberalismo, sendo elas: a Liberal Histórica, a Liberal Progressista e a Liberal Radical.

Na década de 60 do século XIX, Liberais Históricos e Progressistas unem-se – fato que ocasionou a criação do Partido Liberal, onde se tinha como plano de governo um corolário, como: abolicionismo, eleições diretas, maior liberdade das províncias e defesa do princípio de representação nacional. De igual modo, a ala Liberal Radical irá se articular à finalidade de criação do Partido Republicano, pela defesa da autonomia fiscal; ensino público; extinção do

⁴ Movimento de caráter separatista ocorrido em 1789 em Minas Gerais. Tinha como principal objetivo a separação de Minas Gerais do restante do Brasil e a proclamação de uma República.

Poder Moderador, da Guarda Nacional, e do Conselho de Estado; maior direito ao voto, assegurando a participação política, seja no direito de escolher ou atuar⁵.

Podemos destacar alguns porta - vozes e propagandistas, que irão debruçar sua retórica no intuito de disseminar os preceitos proferidos, dentre esses podemos citar: Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Alberto Sales⁶, entre tantos outros que militaram em prol da concretude dos pilares a liberdade.

Como uma das principais potências econômicas, a cultura norte-americana, será assim, modelo e parâmetro de civilidade para a elite brasileira. Bem como, a experiência histórica, sua organização política- administrativa, e sua política de mercado – ambos personificados no federalismo e liberalismo.

A premissa maior é a liberdade, seja ela religiosa, de imprensa, educacional ou econômica. Dessa forma, o liberalismo se acomodará sobre os contornos e realidades brasileiras. René Remond (1986) apontará que os preceitos liberais poderão ser declarados ou ocultos, e que o objetivo do liberalismo é sempre o poder mais fraco possível, e o governo invisível, aquele cuja ação não se faz sentir. Funcionará como máscara de interesses de uma classe, sendo estrita a correspondência entre as aplicações da doutrina liberal aos interesses burgueses. (REMOND,1986).

Dentre as justificativas para a separação por federações, estão as condições geográficas, a distância e heterogeneidade territorial – empecilho para uma gestão ativa, considerado o poder central incapaz de atender suas demandas. Isto posto, surge a necessidade de criação de corpos administrativos próprios, e independentes, como indica o Texto Constitucional de 1891.

O federalismo, tal como se configura na constituição de 1891, deixa aos estados, recém-criados, uma larga margem de autonomia. Pela constituição, eles detêm a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios e podem realizar entre si ajustes convenções, sem caráter político. Podem legislar, também sobre qualquer assunto que não

⁵ Como a exemplo, no Senado Federal, com a mudança do regime (Império / República) ocorreram mudanças de caráter estrutural e normativa, tendo como máxima o fim da vitaliciedade, promovendo assim, uma abertura a atuação de novos agentes – aspecto que será melhor explanado ao longo deste artigo.

⁶ Todos estes são expoentes dos partidos republicanos, suas atuações serão notadas no fim do Império e no decorrer da República, onde ocuparão assentos importantes no Executivo e Legislativo, imprimindo suas aspirações e entendimento, nas esferas do Estado. (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

lhes for negado, expressa ou implicitamente, pelos princípios constitucionais da união (art. 63). Este dispositivo permite aos estados, por exemplo, cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios organizar força militar. (RESENDE, 2016, p.94).

Tal mecanismo inserirá novos protagonistas em um jogo político denominado “O Teatro das Oligarquias”⁷. Em alguns estados, a disputa pela hegemonia será mais acirrada, como a exemplo, em São Paulo e em Minas Gerais. Em Minas, representam-se interesses de grupos de famílias tradicionais históricas por atividades econômicas diferenciadas; em São Paulo, congregam-se as necessidades de cafeicultores, dando as bases para a política do “Café com Leite” – que engendrou a articulação entre São Paulo e Minas Gerais na busca pela hegemonia na agroexportação. (VISCARDI, 2012). Ações nos mais diversos campos – especialmente o eleitoral – consolidarão esse período histórico, como República das Oligarquias (1889-1930).

Devemos destacar a nova fase vivida pelo capitalismo no final do sec. XIX, com transformações radicais como o industrialismo, e a aurora do imperialismo ou neocolonialismo. O Brasil viveria a lógica comercial, muito herdeiro do ranço colonial, com a oferta de gêneros primários, que o fazia ficar à periferia e dependente do mercado internacional – tese essa apresentada pelos estudiosos Caio Prado Jr. (2006) e Celso Furtado (2003) entre outros historiadores e cientistas econômicos.

É neste sentido que o pragmatismo industrial e latifundiário atuará, cabendo ao Estado implementar mudanças estruturais, que perpassarão em torno do binômio café-indústria. Para isso será preciso um remodelamento financeiro, marcado por políticas emissionistas objetivando expansão de crédito. Tal como financiamentos e empréstimos oriundos de capital estrangeiro, por exemplo, britânico e norte-americano, e do próprio Estado brasileiro. A conclamação das conveniências econômicas, girará em torno de investimentos, na implantação de ferrovias, modernização de portos e maquinário industrial, melhoria de estradas e construção de pontes. (ARIAS NETO, 2003).

Diante do exposto tem-se que a consolidação do liberalismo no Brasil desenvolveu-se de forma paradoxal, engendrando a crescente intervenção do Estado. É importante observar

⁷ Termo explicitado por Claudia Viscardi (2012), para caracterizar os mecanismos de ação das oligarquias durante a Primeira República (1889-1930).

que as elites invocarão e farão “pressão” a todo momento para que o Estado possa intervir a seu favor, pleiteando um protecionismo⁸ – inverso, ao livre mercado como prega o ideário em pauta. Os fragmentos do Jornal de época (em destaque) expressam esse clamor.

[...]. Em editoriais sucessivos, tratando das necessidades actuais do paiz, afirmámos sempre a necessidade de se converter em um proteccionismo pratico o liberalismo theorico de que demos sempre arras, com as peiores provas da nossa aptidão de povo moderno[...] (Correio Paulistano,1899, p.1).

[...] A organização da lavoura paulista como interventora na formação dos poderes políticos exprime o reconhecimento espontaneo da necessidade, que há, de uma corrente francamente protecionista na direção da União e dos Estado[...]. (Correio Paulistano,1899, p.1).

Como se pode perceber, o “15 de Novembro” representará mais do que um Golpe de Estado liderado pela parcela dos militares e civis. Será o ápice desses ideais modernos que pregavam o progresso, a civilização, e um otimismo sem limites. E, por conseguinte, um empenho de satisfazer anseios destes grupos e a oportunidade de ampliar a ação e o domínio através dos canais de pressão.

Para a consecução dos objetivos propostos, algumas Arenas se apresentam na sequência, como demonstrativo para a representação de interesses do ideário liberal nos moldes do paradigma norte americano.

2 “Espaços de Poder” – Esferas de Representação de Interesses⁹ do Ideário Liberal na Primeira Década Republicana.

Nesta seção, para verificação das evidências, organizou-se demonstrações gráficas de natureza qualitativa e quantitativa a fim de caracterizar a afirmação do ideário liberal, como paradigma para a recém-implantada República nos “Espaços de Poder”. Para melhor compreensão do termo podemos explicitá-lo como lugares de evidência na sociedade, que

⁸ Conceito muito debatido dentro das Ciências Econômicas, que pode ser descrito como conjunto de medidas de atuação a fim de favorecer o mercado interno. Podemos destacar, redução ou aumento de tarifas, e subsídios ao desenvolvimento econômico interno, entre outros aspectos. (HOLLANDA FILHO,1998).

⁹ No que tange os mais recentes estudos, a mesma trata-se de grupos de segmento privado, que recorrem ao Estado, para que as demandas das classes as quais representam, sejam atendidas, em destaque setores econômicos. Sua atuação é por meio da permeabilidade, nos “Espaços de Poder”. (SANTOS,2014).

possibilitam deliberar, decidir, agir, realizar, influenciar. Podemos citar, a exemplo, as esferas governamentais – poderes Executivo e Legislativo e a Imprensa escrita: jornais – cuja escolha se deu, por sua natureza circulatória e propagadora de fatos e valores.

Proclamada a República os esforços se voltarão para formulações das bases estruturantes do novo regime. Assim será instalado o Governo Provisório (1889-1891), sendo presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca¹⁰, que convocou uma constituinte (1889-1891) que deveria preparar a Constituição sob o viés Republicano. Entretanto, podemos perceber que este período de transição será a fase propícia para disputa e confronto dos projetos pretendidos.

Nos primeiros dias da República, confrontam-se positivistas e liberais quanto à forma de governo a ser adotada. Os primeiros solicitam a Deodoro a transformação do governo provisório em uma ditadura militar, enquanto os políticos do PRP (Partido Republicano Paulista), com os políticos mineiros e ainda, Rui Barbosa pressionam para a formalizar a convocação de um constituinte. O decreto de qualificação dos eleitores, datado de 19 de novembro de 1889, abre o processo eleitoral para a Constituinte, demarcando a vitória do projeto liberal de república sobre o projeto positivista de ditadura militar. Os Positivistas, porém, permanecem atuantes e deixam suas marcas na Constituição republicana de 1891. (RESENDE,2003, p.106).

O fenômeno constitucional refletindo atuações de interesses conflitantes delinearão, os contornos do Estado, dando a legitimidade. A ideologia¹¹ neste momento, será uma forma de legitimação racional de organização do poder, instrumento clássico dos regimes políticos no mundo moderno. Tais ideias e valores terão a função de orientar comportamentos políticos e suas crenças. Os campos de operação serão as Arenas Executiva, Legislativa e os Jornais – cada qual com sua funcionalidade.

2.1 Representação de Interesses na Arena Executiva

¹⁰ Deodoro tem um certo protagonismo nos processos de republicanos, como o seu proclamador em 15 de novembro de 1889. Em seguida, chefe do então instaurado Governo Provisório. Antes, contudo, havia participado da Guerra do Paraguai (1864-1870), entre outros eventos militares, e políticos. (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

¹¹ Há uma vasta reflexão, acerca desta temática no mundo acadêmico. Nossa alusão ao termo se dá sob a ótica de que ela é a guia de mentalidades e ações, expressando uma visão hegemônica. Para maior aprofundamento sobre o conceito, ver KONDER (2002).

Na estruturação pelo Poder Executivo, a opção fora pelo presidencialismo. O eleito chegaria ao poder através do sufrágio¹² direto e restrito, com mandatos de quatro anos, não podendo a reeleição imediatamente, e nem o poder de dissolução da Câmara, conforme pretendia Deodoro (1889-1891). Nos primeiros anos este espaço terá um ranço imperial, por usar de medidas centralizadoras, voltada à figura do Presidente. Imagem que pode ser confundida por ora com a ditadura sociocrática positivista, um estágio do progresso da civilização, e muito em razão da mentalidade de “salvadores da pátria” – generalização herdeira da vitória na Guerra do Paraguai. (ALONSO,2002).

Dentre as suas atribuições estão art.48.1º “[...]Sanccionar, promulgar e fazer publicar as leis e resoluções do Congresso; expedir decretos, instrucções e regulamentos para a sua fiel execução; [...]”. (CONSTITUIÇÃO, 1891).

Nesta junta governativa se subdividem as pastas ministeriais, art. 49. “[...] O Presidente da Republica é auxiliado pelos Ministros de Estado, agentes de sua confiança, que lhe subscrevem os actos, e cada um delles presidirá a um dos Ministerios em que se dividir a administração federal. [...]”. (CONSTITUIÇÃO,1891).

Este espaço será oportuno para a formação de alianças e as investidas por parte de setores privados devido a sua natureza deliberativa. Apresenta-se assim um panorama dos mandatos, com a recorrência das vertentes, conforme abaixo:

Tabela 1

Recorrência das Vertentes na Arena Executiva (1889-1899)				
Mandatos	Pastas	Ano	Ministros	Vertente
DEODORO (Mandato:1889-1891) (Positivista)	Fazenda	1889-1890	Ruy Barbosa	Liberal
		1890	Tristão de Alencar	Liberal
		1891	Francisco P. Rodrigues Alves	Conservador
	Justiça	1889	Manuel Ferraz Campos Sales	Liberal
		1890-1891	Antonio Luiz Affonso de Carvalho	Conservador
	Rela. Exteriores	1890 I	Quintino Bocaiuva	Liberal
		1890 II	Justo Leite	Liberal
		1891	Inocencio Serzedello Corrêa	Positivista
	Agricultura	1890	Henrique Pereira de Lucena	Liberal
		1891	Antão Gonçalves de Faria	Positivista
	Industria, Viação e Obras Públicas	*Não Havia sido criado o Ministério.		
FLORIANÓPOLIS	Fazenda	1892	Inocencio Correia	Positivista

¹²A palavra sufrágio que provém do latim *suffragium*, que significa "voto". Neste contexto, são considerados votantes: homens, maiores de 21 anos. Porém, eram impedidos mulheres, mendigos, analfabetos, praças, e líderes de ordem religiosa.

		1893	Felisberto F. de Oliveira Freire	Não Encontrado
		1894	Francisco de P. Rodrigues Alves	Conservador
	Justiça	1892-1893	Fernando Lobo	Liberal
		1893	Alexandre Cassiano do Nascimento	Não Encontrado
	Rela. Exteriores	1892	Felisbello Firmo de Oliveira Freire	Liberal
		1893	Alexandre Cassiano do Nascimento	Não Encontrado
		1894	Carlos Augusto de Carvalho	Liberal
	Agricultura	1893	Bibiano Sergio M. da Fonseca Costallat	Positivista
		1894-1895	Antonio Olyntho dos Santos Pires	Liberal
	Industria, Viação e Obras Públicas	1893	Antonio Francisco de Paula Souza	Liberal
1894		Bibiano Sergio M. da Fonseca Costallat	Positivista	
Prudente (Mandato: 1894-1898) (Liberal)	Fazenda	1895	Francisco de P. Rodrigues	Conservador
		1896-1897	Bernardino Campos	Liberal
		1898	Joaquim Murtinho	Liberal
	Justiça	1895	Alexandre Cassiano do Nascimento	Não Encontrado
		1896	Antonio Gonçalves Ferreira	Não Encontrado
		1897	Amaro Cavalcanti	Não Encontrado
		1898	Epitácio Pessoa	Liberal
	Rela. Exteriores	1895	Carlos Augusto de Carvalho	Liberal
		1896-1897	Dionísio F. de Castro	Liberal
		1898	Olyntho de Magalhães	Liberal
	Agricultura	1896	Joaquim Murtinho	Liberal
		1897	Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda	Não Encontrado
		1898	Severino dos Santos Vieira	Conservador
	Industria, Viação e Obras Públicas	1895-1896	Antonio Olyntho dos Santos pires	Liberal
		1897	Joaquim Murtinho	Liberal
		1898	Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda	Não Encontrado
Quantitativo de Dados				
Conservador: 5		Jacobino:0		Liberal: 20
Positivistas: 5		Não Encontrado: 8		Total Analisado: 38

Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA.

Desse modo, é notável que os dois primeiros presidentes foram militares, conforme discutido acima. Percebe-se também que a vertente liberal será mais recorrente, especialmente quando Prudente de Moraes¹³ (presidente civil) assume a presidência. A presença da ala conservadora é algo a se destacar. Costa (2010), assinala que, nesse cenário, se torna impossível encontrar uma coerência total entre estes indivíduos e grupos, em razão de, frente a problemas sociais e econômicos oscilarem nas orientações liberal ou conservadora. A autora argumenta que apesar destas circunstâncias, tal natureza não é empecilho para registrar as tendências que predominavam, como expressão de uma linha de

¹³ Considerado como Republicano Histórico, nasceu em 04 de outubro de 1874, em São Paulo. foi Deputado Estadual, Senador e primeiro civil a assumir a Presidente da República. No campo econômico, durante sua presidência, procurou sanar as dívidas adquiridas com a política do Encilhamento, por meio de empréstimos estrangeiros. Implantou, a política econômica do *funding loan* que consistiu na quitação da dívida no prazo de sessenta e três anos a juros de 5% (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA).

opinião. A nomeação de conservadores, as pastas do Executivo, é justificada também pela migração de antigos monarquistas ou “indenistas”¹⁴ para as fileiras dos partidos republicanos.

2.2 Recorrência dos projetos de República na Câmara Alta e Câmara Baixa

Para se abordar o Legislativo no contexto referido, cabem algumas considerações. O sistema bicameral, (Câmara Alta e Câmara Baixa) foi adotado pela Monarquia Brasileira na Constituição de 1824 – aspecto este não excluído pela República. Ante a Constituição de 1891, o Poder Legislativo ganha uma maior autonomia e esse fato – tão aguardado por diferentes campos – será decisivo para pôr em prática articulações pretendidas.

As funções aplicadas ao Congresso Nacional através da Constituição de 1891, permitirão uma intensa busca de representação por parte das Oligarquias – presentes nos partidos políticos, os quais atuarão em seu favor.

2.2.1 Senado Federal

Segundo a Constituição de 1824, o Senado deveria ser composto de forma eletiva. Para que o cidadão tivesse apto a pleitear a vaga, ele deveria ter quarenta anos completos e renda fixa anual de oitocentos mil réis. Sendo eleito, o Senador obtinha seu mandato de modo vitalício. Todas as Províncias do Império possuíam representação perante o Senado relativo ao seu quantitativo proporcional. Na mudança do regime, e a promulgação da primeira Constituição republicana brasileira (1891), a estrutura institucional do Senado foi modificada.

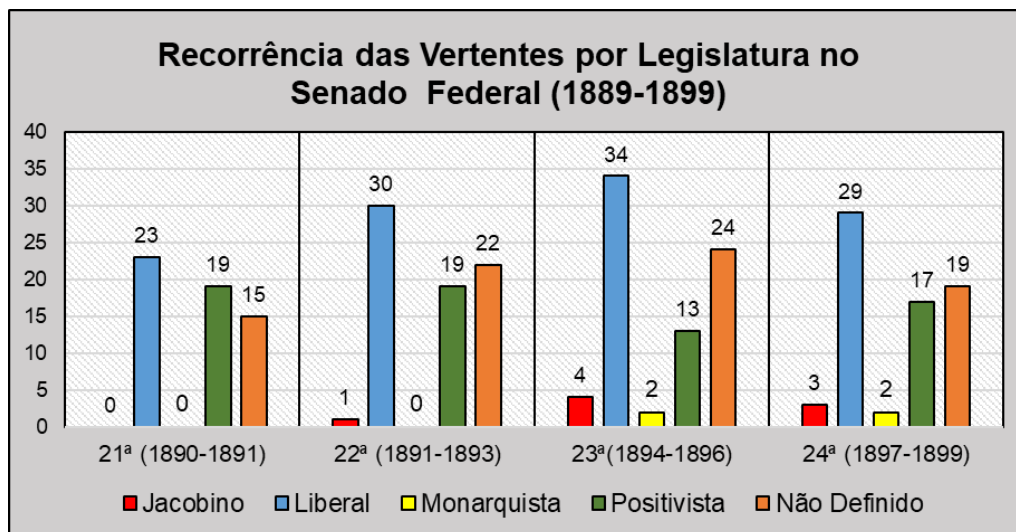
A nova Constituição se inspira no modelo corporativo do Senado norte-americano, que com base no federalismo, as cadeiras da Câmara Alta passam a ter um número de três representantes para cada um dos estados da federação¹⁵. É adotado um mandato, que põe fim a vitaliciedade do cargo, e as sessões passam a ser presididas pelo Vice-Presidente do Brasil. Caberá a essa instituição, Art. 33: “Compete, privativamente ao Senado julgar o Presidente da República e os demais funcionários federais designados pela Constituição, nos termos e pela forma que ela prescreve”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891). Nas verificações da

¹⁴ Denominação de época usada para classificar políticos, que se esforçariam em serem indenizados pelo Estado, devido a Abolição da Escravatura. (ALONSO,2002).

¹⁵ Neste recorte temporal, são considerados 20 unidades federativas, incluindo o Distrito Federal. (ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL/FGV/ PRIMEIRA REPÚBLICA).

recorrência das vertentes nesta Arena, expõe-se, de forma numérica, a presença de cada grupo.

Gráfico 1



Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA.

Pelo que se pode observar no gráfico acima, o Senado Federal foi marcado por uma disputa maior entre as vertentes Positivista e Liberal. Mesmo assim, o Liberalismo apresenta uma robustez e preponderância. Analisando a Legislatura de número 21ª¹⁶, inaugural da nova gestão governamental, pode-se notar que o novo regime político já se inicia com um pequeno destaque da participação liberal. Já na 22ª Legislatura, a representatividade liberal ganha uma notoriedade maior em relação às correntes dissonantes. Podemos destacar neste recorte, a 23ª Legislatura, contendo o auge do pensamento liberal. Apesar de uma pequena queda durante a última legislatura, a recorrência do pensamento liberal continua sendo proeminente, tendo em vista, uma oscilação nas demais representatividades dos ideários discordantes.

De forma mais intensa, a Câmara Baixa será uma Arena onde o jogo político se fará de maneira contundente por razões observadas na sequência.

2.2.2 Câmara Federal

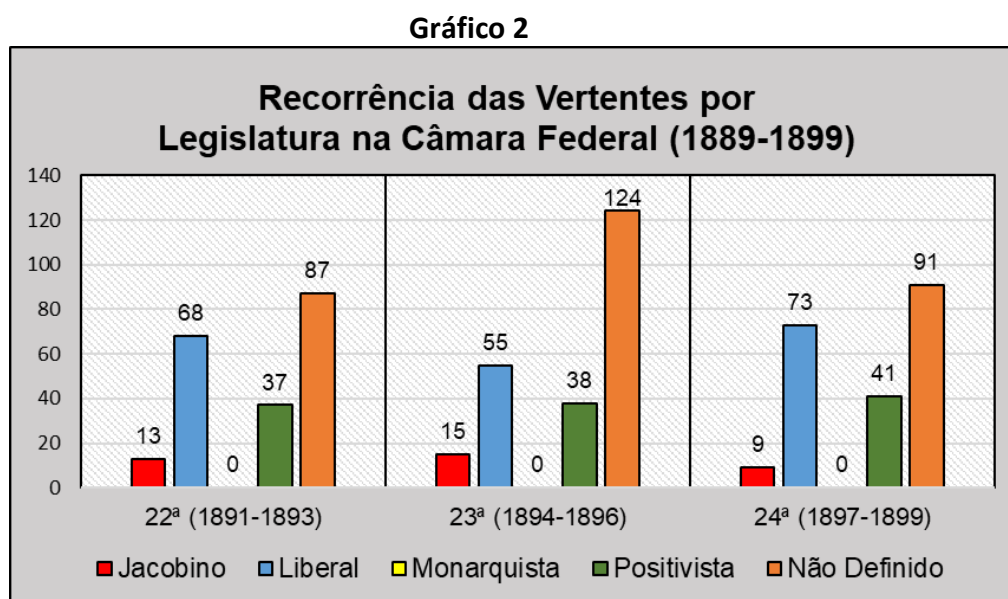
¹⁶ Por motivos não explícitos nas fontes, os estados do ES e SP só elegem 2 senadores para a legislatura 21ª. (SENADO FEDERAL/LEGISLATURAS).

A Câmara dos Deputados constitui-se de um Arena que se destaca pelo fato de ser o palco de intensos conflitos que se revezam entre duelos de retórica, ideologia e confrontos por interesses regionais. A atuação dos partidos deve ser encarada como algo de suma importância. Destacamos o Partido Republicano paulista pela sua intensa participação - congregando em seus quadros, representantes da lavoura paulista.

É importante considerar o que competia à Câmara dos Deputados, através da Carta Magna:

Art. 29 - Compete á Câmara a iniciativa do adiamento da sessão legislativa e de todas as leis de impostos, das leis de fixação das forças de terra e mar, da discussão dos projectos oferecidos pelo Poder Executivo e a declaração da procedência, ou improcedência da acusação contra o Presidente da Republica, nos termos do art. 53, e contra os Ministros de Estado nos crimes conexos com os do Presidente da Republica. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891).

Na esteira das observações, o gráfico abaixo, demarcará as inclinações políticas dos deputados.



Elaboração Própria. Fonte: CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA.

Nos dados acima, nota-se que a representação das vertentes Jacobina, Liberal e Positivista se fazem representar em escalas diferentes na Câmara. A 22ª Legislatura sinaliza uma elevada representatividade dos liberais, se comparada a outras. Esse fato deve ser entendido como uma busca de afirmação de medidas que possibilitam atender às pretensões

de determinados setores já nos anos iniciais do novo regime. A 23ª Legislatura apresenta uma queda considerável no número de parlamentares que defendiam a vertente liberal, e uma alta, mesmo que pequena, na vertente jacobina e positivista.

A última legislatura analisada, foi a de número 24ª, que exhibe uma concebível elevação de liberais, fato que possibilitou a reestruturação da política econômica que passara por crise. Quanto à 21ª legislatura, cabe observar que seu exercício começaria em 20 de novembro de 1889, mas, com o movimento civil militar em 15 de novembro de 1889, não foi possível ser dada sua abertura devido a sua dissolução.

2.3 Recorrência dos projetos de República na Imprensa

A importância dada à Imprensa no Brasil, neste recorte temporal, como fonte de pesquisa para a representação de interesses, se justifica pelo fato de constituir-se como único meio de difusão em massa¹⁷. Nos últimos anos do império, atrelada ao desenvolvimento do capitalismo e a sofisticação dos equipamentos de impressão, se multiplicaram os jornais e revistas e os panfletos em circulação. (SODRÉ, 1966). Seu protagonismo vem desde as lutas pela Independência, e também em outros cenários.

Cumprindo um enorme papel de crítica e contestação à ordem, será um dos elementos que vai pôr abaixo o poder imperial, acolhendo inúmeros debates sobre a dita reforma e reestruturação governamental. Nela, os ardorosos da geração de 1870, se permitirão devaneios, onde nascerão partidos, intelectuais, e tantos outros contestadores. Tais características serão notadas ao longo de toda a Primeira República (1889-1930), em que emergiram as ideologias das massas (como o socialismo e anarquismo) no intuito de dar voz ao proletariado que se configurava. (SODRÉ,1966).

Entretanto, os jornais serão sobretudo formadores de opinião, e de eleitores. Para tanto, aqueles projetos usarão dessa mídia como forma de anúncio, proselitismo, e evocação de suas doutrinas. É o caso do Liberalismo, que usará essa ferramenta de difusão a seu favor durante a última década do século XIX. Conforme expõe Capelato (1988, p. 37),

¹⁷ O acesso a essa informação, era de certa forma elitizada, devido ao analfabetismo das classes marginalizadas. Saber ler e escrever neste contexto eram ferramentas de luxo. Prova disso é o direito a voto ser contemplado apenas por alfabetizados.

“Num país frágil de estrutura partidária, como o Brasil, a imprensa desempenha, em muitas circunstâncias, papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los”.

A título de demonstração, elencou-se amostras, de sínteses jornalísticas de grande circulação da época, como a exemplo, o Jornal “A Federação”, criado em 1884, em Porto Alegre, para ser um dos instrumentos PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), tendo correspondentes em outros estados. Uma outra fonte, o Jornal carioca “Gazeta de Notícias”, fundado em 1875, teve com o principal objetivo, a luta pelo fim da escravidão, e a implantação da República teve como redatores, entre outros, José do Patrocínio¹⁸. Conclamou o novo regime, e sua posição foi antimonárquica e defensora das elites agrárias.

Outro Jornal analisado será “O Paiz” (RJ), também engajado nas questões de mão-de-obra e de governabilidade – com destaque para seu primeiro redator-chefe, Rui Barbosa.

Tabela 2

Recorrência da Vertente Liberal na Imprensa (1889-1899)			
Jornal	Data da Publicação	Síntese	Pág.
A Federação (RJ)	13 de Janeiro de 1890	“[...] Querem a liberdade de cultos, a descentralização administrativa? A Republica fez mais: decretou a federação dos estados brasileiros e consagrou a plena liberdade espiritual, instituindo o regimen da separação da igreja do estado [...]”	Pág.1
A Federação (RS)	25 de Janeiro de 1890	“[...] A republica e o liberalismo triumphantes em todo o cotinente; por todas as partes congressos, tratados, iniciativas tendentes á pacificação, á harmonia, á unificação de interesses entre os povos americanos; e depois de tudo isto, a prosperidade prodigiosa dos Estados - Unidos, a marcha ascidental da Republica Argentina, do Uruguay, do Brasil e do Chile, que attraem a si os braços e os capitaes da Europa, levando o seu estado economico e financeiro. Este é o balanço que apresenta o novo mundo ao finalizar o anno de 1889.[...]”	Pág.1
A Republica (RJ)	02 de Abril de 1890	“[...] Fazemos, entretanto, observar que de dia em dia a Republica no Brasil se mostra mais forte, mais seria e mais liberal [...]”	Pág.1
O Paiz (RJ)	01 de Agosto de 1890	“[...] O Governo Republicano, que em oito mezes de extraordinario labor conseguiu realizar quase todas as principais ideias que formam o codigo do Liberalismo Moderno - de modo que tal orientação do espirito opposicionista será não mais para avançar e sim para retroceder na estrada percorrida [...]”	Pág.1
Gazeta Noticias (RJ)	18 de Janeiro de 1891	“[...] Applaudes os actos do governo, que se tem inspirado sempre no mais puro liberalismo[...]”	Pág.1
Pacotilha (MA)	14 de Novembro de 1891	“[...] A federação foi o grande alicerce em que se fundou a Republica, e o precidencialismo a melhor forma politica para garanti-la[...]”	Pág.2
A Noticia (RJ)	20 de Setembro de 1895	“[...] O Brasil, como todos os adeptos do liberalismo, dará o primeiro passo, que em breve hão de seguir suas irmãs as Republicas sul-americanas.[...]”	Pág. 3
O Democrata Federal (SP)	11 de Outubro de 1895	“[...] O nosso ideal em politica é o mais puro liberalismo. Desejamos que cada vez mais se amplie na legislação pratica o circulo das liberdades do cidadão, e que cada vez se restrinja mais a orbita do poder coercitivo.[...]”	Pág.2
A Noticia (RJ)	11 de Fevereiro de 1897	“[...] Com um liberalismo extremo de que não há nenhum outro exemplo, a Constituição dá aos estrangeiros os mesmos direitos que os brasileiros.[...]”	Pág.1

¹⁸ Nascido em Campos do Goytacazes (RJ) em 1853, foi farmacêutico, jornalista e um dos principais ativistas pela abolição, fazendo parte do Clube Republicano. (CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPUBLICA).

O Paiz (RJ)	08 de Abril de 1897	"[...] Eram os liberaes que pelo adiantamento de suas ideias mais se aproximavam dos Republicanos e o Governo Provisório, representado no Rio de Janeiro por um dos mais progressitas e cultos homens [...]"	Pág.4
Jornal Mineiro (MG)	22 de Janeiro de 1899	"[...] Nas grandes lutas do liberalismo contra tendencias retrogradadas, vemo-lo constantemente movendo se em torno de d' uma ideia quasi sempre triumphante, graças á sua maneira de orientar [...]"	Pág.2

Elaboração Própria. Fonte: HEMEROTECA DIGITAL/BIBLIOTECA NACIONAL.

Desse modo, pelo que se pode notar, todas as amostras são de jornais republicanos com características bem delineadas, como o louvor ao liberalismo, a admiração com os Estados Unidos da América, tendo-o como um parâmetro e fundador de um paradigma. A caricatura da Monarquia como um símbolo de retrocesso se destaca. A Federação se apresenta como sendo o melhor estruturante da ação administrativa. Elencado tais balanços, cabem as considerações finais.

Considerações Finais

Desde cedo eles (dirigentes da economia cafeeira) compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. (FURTADO,1991, p.118)

Para examinar a primeira década republicana, deve ter-se a compreensão de que, neste recorte histórico, configura-se um difuso e extenso processo de construção dos projetos republicanos. Nesta pesquisa, não se pretendeu caracterizar posicionamentos-estaque, haja vista o pragmatismo da tomada de posições, as alianças e rivalidades, influências pessoais e favores recíprocos. Isso justifica o indicativo de "Não Definido" para a posição política de muitos parlamentares nas Arenas analisadas. Contudo, caberá ao Liberalismo, ser o combustível, ou o amálgama dos interesses em disputa. Dessa forma, tal vertente se fará mais presente nas Arenas Legislativas, conforme dados por ora obtidos.

As escolhas feitas neste artigo se justificam pela tentativa de analisar uma matriz política que de forma mais efetiva imprimiu caracteres na governabilidade. Seu comportamento será imerso em contradição, uma vez que os grupos econômicos específicos da sociedade sejam eles, industriais ou cafeicultores, adaptaram os princípios desse ideário aos seus interesses.

Através dos documentos analisados no âmbito legislativo e também nos jornais, foi possível ver discursos de deputados solicitando ajuda protecionista do Estado em relação à economia. Esse fato fere um dos maiores princípios do liberalismo, que é, o da não intervenção na economia.

A estruturação do Estado proposta pelo liberalismo de matriz norte americana vinha ao encontro aos anseios de boa parte da elite econômica brasileira. Princípios de tal pensamento foram adotados na Carta Magna de 1891, como por exemplo, a adoção do federalismo. Esse proporcionou o fortalecimento de grupos locais no território nacional, que passaram a exercer um comando de poder maior através da força e das finanças. E, ainda que parcialmente, é válido destacar a presença do ideário Liberal de forma mais efetiva na Arena Legislativa, de modo mais expressivo no Senado Federal – conforme demonstram os dados coletados.

Isto posto, podemos concluir que o presente artigo não possui por finalidade principal encerrar uma questão. Pretende, por outro lado, atuar como ponto de partida para as perspectivas que se apresentam no cenário da representação de interesses – elemento estruturante do Estado Republicano Brasileiro.

Referências

A FEDERAÇÃO- RJ.1890 **hemerotecadigital**. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pesq=Liberalismo>. Acesso em 08 setemb.2017.

A FEDERAÇÃO- RS.1890 **hemerotecadigital**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765341&pasta=ano%20189&pesq=Liberalismo>. Acesso em 08 setemb.2017.

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império**. São Paulo: Paz e Terra,2002.

ALVES, Taís de Cássia Badaró Alves. **“Grupos de Pressão” na Primeira República: representação de interesses entre os anos de 1889-1930**. Tese de Doutorado (Sociologia Política). Universidade Estadual do Noroeste Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.

A NOTICIA - RJ.1895 **hemerotecadigital**. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830380&pesq=Liberalismo>. Acesso em 10 setemb.2017.

A REPUBLICA - RJ.1890 **hemerotecadigital**. Disponível em:
em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=755699&pesq=Liberalismo>.
Acesso em 06 setemb.2017.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: _____. FERREIRA, J.; DELGADO, L (Orgs.). **O Brasil Republicano I**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL/FGV/PRIMEIRA REPUBLICA: Disponível em:
<http://atlas.fgv.br/marcos/da-proclamacao-constituicao-d1891->. Acesso em 10 de out de 2017.

BRASIL. **Portal SENADO FEDERAL**. Legislatura anteriores. Disponível em:
<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores/-/a/22/por-nome>.
Acesso em: 10 de setemb.de 2017.

BRITO, Ari. O Liberalismo Clássico. In: RAMOS, F; Melo, R. (Orgs.). **Manual de Filosofia Política**. São Paulo: Saraiva,2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto,1988.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Legislação Informatizada - **CONSTITUIÇÃO DE 1891** –Publicação Original. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017pl.html>.
Acesso em 18 setem. 2017.

CPDOC/FGV/PRIMEIRA REPÚBLICA. Disponível em: cpdoc.fgv.br/dicionarioprimeira-republica. Acesso em 05 ago. 2017.

CORREIO PAULISTANO- RJ.1899 **hemerotecadigital**. Disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=090972&pesq=LIBERALISMO%5B>.Acesso em 07 setemb.2017.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia a República**, 9.ed. São Paulo: UNESP,2010.

FAORO, Raymundo, **Os Donos do Poder**, 5.ed. São Paulo: Globo,2012

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**,32. ed. São Paulo: Editora Nacional,2003.

GAZETA NOTÍCIAS - RJ.1891**hemerotecadigital**. Disponível em
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900&pesq=Liberalismo:>.Acesso em 11 setemb.2017.

GIANNINI, Marcelo Henrique. **Sistema Presidencialista de Governo**. Conteúdo Jurídico, 16 de outubro de 2014. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.50259&seo=1>>. Acesso em: 30 setembro. 2017 (artigo de revista)

HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque. **Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições**. Est.Econ. São Paulo, V.28, N.1, p.33-75, jan/mar,1998.

KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**, São Paulo: Companhia das Letras,2002.

MANCUSO, Wagner P. O Lobby da indústria no congresso nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo. Humanitas: Edusp. 2007.

O DEMOCRATA- RJ.1895 **hemerotecadigital**. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=308048&pesq=Liberalismo> Acesso em 15 setemb.2017.

O JORNAL MINEIRO- RJ.1899 **hemerotecadigital**. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767093&pesq=Liberalismo>. Acesso em 07 setemb.2017.

O PAÍZ- RJ.1890 **hemerotecadigital**. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=sociedade%20auxiliadora%20da%20ind%C3%BAstria%20nacional. Acesso em 07 setemb.2017.

O REPUBLICANO - RJ.1890 **hemerotecadigital**. Disponível em:[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=\[cache\]465803797724.DocLstX&pasta=ano%20189&pesq=RJ](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=[cache]465803797724.DocLstX&pasta=ano%20189&pesq=RJ). Acesso em 07 setemb.2017.

PRADO JUNIOR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REMOND, René. A Idade do Liberalismo. In _____. **O século XIX (1815-1914)**. São Paulo: Cultrix, 1976.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República e o liberalismo Oligárquico. In: _____. FERREIRA, J.; DELGADO, L (Orgs.). **O Brasil Republicano I**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2003.

SANTOS, Manoel L. **Representação de interesses na Arena Legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos deputados (1983-2012)**. IPEA. Rio de Janeiro, junho de 2014. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3140/1/TD_1975. Acesso em 21 Jun. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1966.

SOUZA, Adalberto Pimentel Diniz de. **A mecânica do federalismo**. Migalhas. 23 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI25113,61044A+mecanica+do+federalismo> Acesso em: 10 de outubro de 2017.

VISCARDI, Claudia. **O teatro das Oligarquias uma revisão “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WERLE, Denilson. **O Liberalismo Contemporâneo e seus Críticos**. In: RAMOS, F; Melo, R. (Orgs.). Manual de Filosofia Política. São Paulo: Saraiva,2012.